



Eixo: Política Social e Serviço Social.
Sub-eixo: Política de educação.

PERFIL DOS ESTUDANTES INGRESSANTES DA UFF CAMPOS: DEMOCRATIZAÇÃO OU MASSIFICAÇÃO?

CASSIANA FERREIRA SIMÕES¹
ALESSANDRA DE MUROS XAVIER²

Resumo: O trabalho ora apresentado trata dos resultados da pesquisa sobre o Perfil dos estudantes ingressantes da UFF em Campos dos Goytacazes, no primeiro semestre de 2018. A Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) realiza este mapeamento desde 2012, com objetivo de acompanhar possíveis mudanças no perfil desses estudantes e sua relação com acesso e a permanência na universidade. Em 2018, iniciamos mapeamento sobre a saúde mental em parceria com curso de psicologia, a fim de traçar estratégias de enfrentamento das incidências de sofrimento emocional e autoexterminio.

Palavras-chave: Universidade, Acesso, Permanência, Saúde Mental.

Abstract: The present work deals with the results of the research on the Profile of the incoming students of the UFF in Campos dos Goytacazes, in the first semester of 2018. The Coordination of Student Assistance (CAES) carries out this mapping since 2012, in order to follow possible changes in the profile of these students and their relation with access and permanence in the university. In 2018, we began mapping about mental health in partnership with a psychology course, in order to outline coping strategies for the incidences of emotional distress and self-extermination.

Keywords: University, Access, Permanence, Mental Health.

1. INTRODUÇÃO

A escolha e delimitação da temática que ora apresentamos, decorre de reflexões, debates que foram e vêm sendo realizados com colegas de profissão, estudantes, equipes de trabalho multidisciplinares, dentre outros sujeitos envolvidos na formação acadêmica de estudantes dos seis cursos de graduação do Instituto de Desenvolvimento Regional e Ciências da sociedade (ESR) – UFF Campos.

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <cassiana_simoes@hotmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense.

Elucida as transformações que as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram nas últimas duas décadas com o advento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a fim de promover sua expansão e a democratização do acesso. Tal processo é marcado pela conjuntura de crise político-econômica, precarizando as políticas que visam contribuir para a permanência no ensino superior.

Na trajetória das políticas sociais brasileiras, tornou-se comum considerar que a educação é o caminho para o desenvolvimento e para superação de desigualdades entre grupos e classes sociais. Para Cattani (2007), a desigualdade social brasileira fundamenta-se na grande e histórica concentração de riqueza que condiciona, estruturalmente, as relações de classe, ideologia, as possibilidades econômicas e a produção cultural, chegando as universidades, que tem tradicional história de elitização.

Desde 2013 a Universidade Federal Fluminense – UFF mudou sua forma de ingresso. De vestibular passou a adotar o Sistema de Seleção Unificada – SISU por meio do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. A Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), setor da universidade que realiza trabalho de atendimento aos estudantes, vem mapeando o perfil do estudante ingressante no intuito de acompanhar as mudanças no perfil discente, as demandas trazidas por esta nova realidade e as políticas desenvolvidas pela universidade para atendê-las.

No momento da pré matrícula presencial dos estudantes ingressantes, estes são convidados a preencher a uma pesquisa online com questões fechadas a respeito do Perfil dos Estudantes Ingressantes. As questões buscam apreender dados como faixa etária, renda familiar, forma de ingresso (cotistas ou não), raça/etnia, origem, e saúde emocional dos estudantes. O último indicador foi inserido em 2018, em função do aumento da demanda de atendimento em saúde mental e tentativas de suicídio e ao total foram respondidos 295 questionários.

Podemos afirmar que a vida universitária tem sido espaço de acolhimento e inclusão, ou ao invés da democratização, temos vivenciado processo de massificação, com graves conseqüências sociais e para saúde dos estudantes? Tais questões serão abordadas a luz do perfil do estudante

ingressante 2018, bem como da sua correlação com as pesquisas dos anos anteriores.

2. ALUNOS INGRESSANTES DA UFF CAMPOS: QUEM SÃO E COMO PERMANECEM

Como já referido anteriormente, a pesquisa de perfil do estudante ingressante da UFF Campos, é realizada desde 2012, onde desde então não foram identificadas diferenças significativas quanto ao quesito sexo. Para o ano de 2018, a pesquisa apontou que 62,7% dos estudantes são do sexo feminino e 34,3% do sexo masculino, 3% não responderam ou não declararam. Esta realidade continua acompanhando os resultados nacionais das IFES e tal resultado, no que concerne ao ESR/UFF, se reflete ainda na modalidade de cursos oferecidos neste *campus*, caracterizados por licenciaturas e com trajetória marcada pela presença feminina. Santos (2015, p. 75) salienta que este destaque das mulheres com relação ao nível de escolaridade é observada no campo educacional como um todo, pois no que concerne aos anos de estudo, a média das mulheres é superior a dos homens, assim como o índice de analfabetismo entre as mulheres é inferior aos homens.

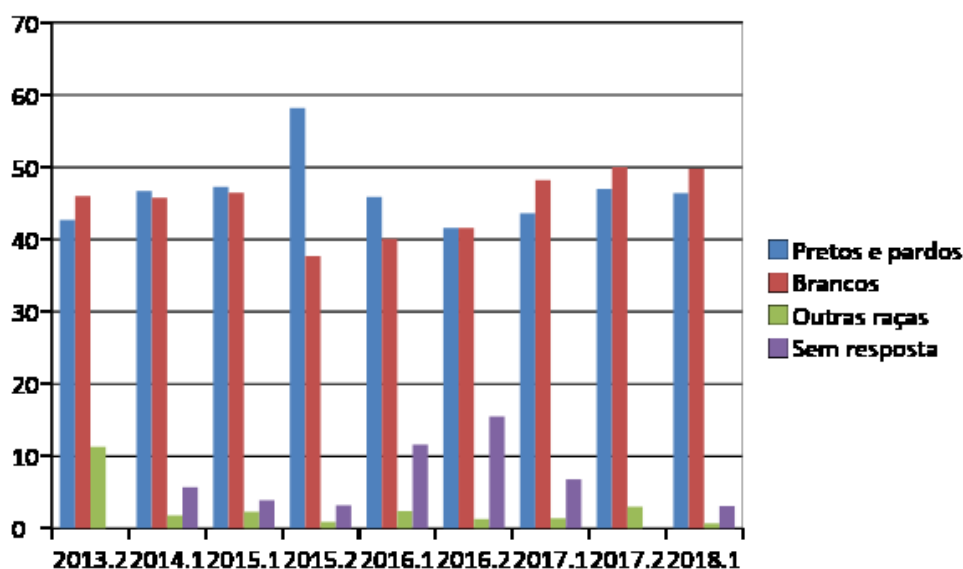
Quanto a faixa etária, 70% têm entre 16 e 19 anos, possivelmente recém egressos do ensino médio. Cerca de 23% aparecem na faixa etária entre 20-24 anos. Ou seja 93% encontram-se na faixa etária de até 24 anos. Outros 3% entre 25-39 anos e um grupo menor representando 1% com idade entre 40 e 59 anos e 3% não responderam. Desta forma, a realidade do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes coaduna com a publicação da ANDIFES (2011) quando refere que:

Os estudantes são em sua maioria jovens, com um universo de 74,5% na faixa etária de até 24 anos de idade (73,7% na faixa de 18 a 24 anos). Na região Sudeste este índice sobe para 77,8%, enquanto as regiões Norte e Sul apresentam os menores percentuais (70,1% e 71,8%, respectivamente). A região Sudeste apresenta o menor percentual de estudantes acima de 30 anos de idade (6,5% contra 9,0% nacional). A região Nordeste se situa na média nacional e as

demais regiões, acima da média: 12,0% para o Norte, 10,7% para o Sul e 11,07% para o Centro-Oeste.

Com relação a raça/etnia referente aos ingressantes no primeiro semestre de 2018, 50% declaram-se brancos, 33% pardos e 14% pretos, 1% outras raças e 2% não responderam. Comparada com a mesma pesquisa aplicada no segundo semestre de 2017 percebemos que a mesma apontou percentual semelhante de brancos, 29% pardos e 18% pretos. Tais dados acompanham a evolução da lei nº 12.711/12, a chamada Lei de Cotas, que conforme as modalidades de ação afirmativa, previa até o final de 2016 a destinação de pelo menos 25% das vagas das IFES ao segmento populacional negros, percebe-se então que ao somar pardos e pretos superamos a expectativa da Lei de Cotas, conforme o gráfico 01 a seguir:

Gráfico 1 Raça e etnia dos ingressantes por ano/semestre.

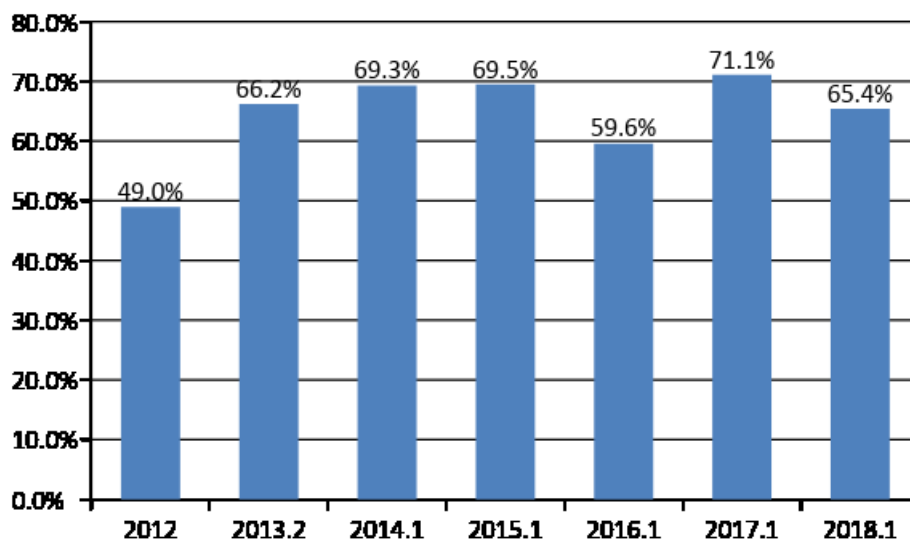


Outro fator que merece destaque, refere-se à origem destes alunos, para o primeiro semestre de 2018, a pesquisa aponta que 65,4% dos estudantes não são oriundos da cidade de Campos dos Goytacazes. Dos mesmos, 54,6% são oriundos de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, 3,7% de São Paulo, 3% do estado do Espírito Santo, e 3% de Minas Gerais. Comparando com as pesquisas anteriores, verificamos um aumento na migração de estudantes de outras regiões para Campos, em 2012 a pesquisa revelou que 49% eram provenientes de outros estados brasileiros, no segundo

semestre de 2013 este número chegou a 66,2%, já no primeiro semestre de 2014 o percentual atingiu 69,3%, tendo chegado em 2017 a 71,1% dos alunos ingressantes provenientes de outros estados e municípios, com prevalência maior nos estados da região Sudeste. Tais dados apontam a necessidade de estudos sobre a mobilidade estudantil, buscando alternativas e propostas que venham atender as necessidades deste novo perfil da universidade.

Vale ressaltar, que o aumento de alunos advindos de outras municipalidades e estados deve-se ao fato de que até o ano de 2012 o mecanismo de acesso à UFF era o vestibular, fazendo com que o candidato interessado tivesse que arcar com os custos de uma viagem para realizar as provas de acordo com seu local de interesse. A partir de 2013, com a adesão da universidade ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), possibilitando lançar a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no sitio do MEC e concorrer a uma vaga à distância e de forma gratuita, o candidato que obtiver média suficiente, pode optar por qualquer uma das instituições públicas que aderiram ao novo sistema, o que favorece um fluxo migratório de estudantes de diversas regiões do país. Desta forma, apresenta-se aqui mais uma questão: quais as estratégias de permanência utilizadas por estes discentes advindos de outras municipalidades, já que o pólo universitário de Campos não dispõe de moradia estudantil?

Gráfico 2 Percentual de alunos ingressantes de outros municípios e estados por ano e semestre.



Destes 65,4% de estudantes que não são provenientes de Campos, 25% declaram que residirão em república, 1% em pensionato, 11,2% continuarão residindo na cidade natal deslocando-se diariamente para Campos estão aqui compreendidos os casos dos alunos das cidades circunvizinhas (São Fidélis, Macaé, Italva, São João da Barra, entre outras), 5,4% declaram que irão residir com familiares em Campos , outros 6,5% declaram que vão morar sozinhos e 16,3% declaram ainda não saber, revelando aqui a importância do mapeamento e orientação quanto às moradias estudantis existentes no município de Campos e sobretudo reiterando a necessidade de uma Moradia Estudantil da própria universidade ou a ampliação do programa auxílio moradia.

A dissertação de mestrado de Simões (2018), que teve como recorte de pesquisa os discentes ingressantes mediante o sistema de cotas sociais, identificou através de dados selecionados via IDUFF³ que a evasão encontra-se localizada prioritariamente no segmento dos discentes advindos de outras localidades. Com exceção do primeiro semestre de 2014, em que tal diferença foi irrisória, nos demais períodos registrou-se um número substancial de cancelamentos e trancamentos de matrícula de alunos advindos de outros estados e municípios, chegando a representar 81,5% do total de matrículas canceladas ou trancadas para o primeiro semestre de 2016.

³ Sistema acadêmico da UFF: www.sistemas.uff.br, onde constam a situação de matrícula e dados pessoais dos discentes, onde a mestranda obteve autorização da direção da unidade para acesso e divulgação dos dados.

Desta forma, no contexto presente, tal realidade exacerbou a necessidade, de oferecer moradias estudantis aos alunos provenientes de outras cidades e estados, pois diante de uma realidade de expansão que abre oportunidades para estudantes oriundos de diferentes regiões e realidades socioeconômicas, deve-se considerar que efetivamente muitos deles não podem arcar com altos valores de aluguéis, ou enfrentar horas de percurso para freqüentar *campi* localizados em regiões distantes de sua cidade de origem.

No que se refere a situação trabalhista do aluno, verifica-se que 85,4% não está trabalhando no momento, 7,1% são trabalhadores com vínculo empregatício e 2,3% trabalhador sem vínculo empregatício, outros 2% são beneficiários da previdência social e 3% não respondeu. Dos que tem renda própria (com ou sem vinculo empregatício), que totalizam 34 alunos, 16 declaram renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 8 entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo , 5 entre 1 e 2 salários mínimos, 2 alunos entre 2 e 5 salários mínimos e outros 3 alunos afirmam ter renda superior a 5 salários mínimos.

A renda familiar também é apontada pelos entrevistados, 3,7% dos alunos estão entre as famílias sem rendimentos e outros 15,6% até meio salário mínimo, 9,9% declararam renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, 23,7% tem renda entre um e dois salários mínimos, 17% entre dois e três, 14,2% entre 3 e 5 salários , 12,9% declaram mais de 5 salários mínimos e 3% omitiram a informação.

Neste sentido, o perfil de alunos predominantemente das classes socioeconômicas mais baixas vem ratificar que acredita-se que a educação passa a ser, nas sociedades modernas, um mecanismo de ascensão social. Contudo, vale ressaltar, que ascensão social não significa erradicação da pobreza. De acordo com Hoffmann (2000, p.104): “Não há dúvida de que a escolaridade é um determinante importante do rendimento das pessoas. A educação é um dos caminhos clássicos de ascensão social”. Em complemento acredita-se que: [...] “a pobreza mais cruel, a mais extrema, é a que rouba também a possibilidade de pensar diferente. A que deixa você sem horizontes, nem ao menos desejos: condenado ao mesmo inevitável” (CAPARRÓS, 2016,

p.12), e o acesso ao ensino superior pode se configurar na superação desta condição.

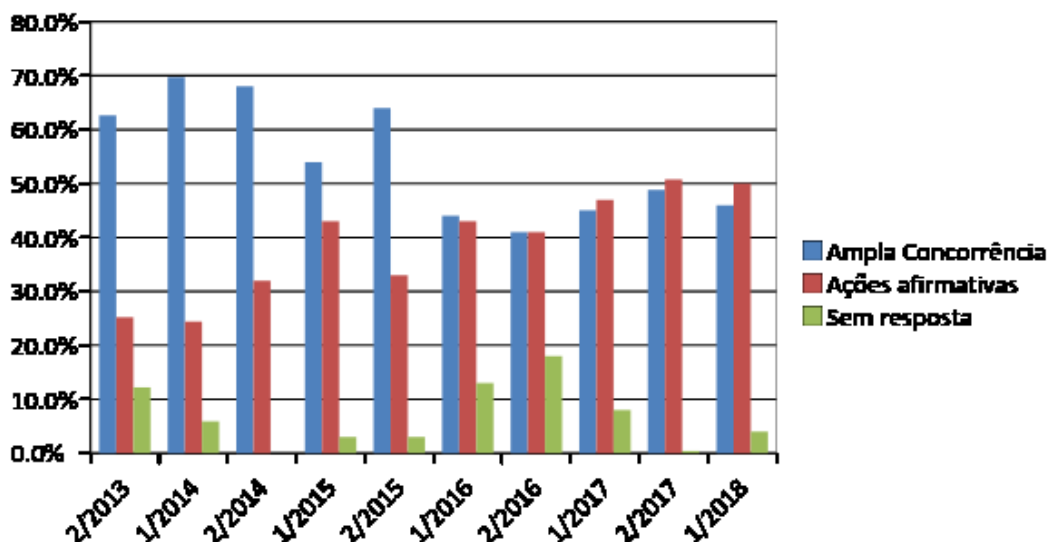
Entende-se, no entanto, que a pobreza não se reduz apenas às privações materiais, a pobreza atinge igualmente o campo espiritual, moral e político. A pobreza muito mais do que falta de comida, habitação ou afins é carência de direitos, de possibilidades e de esperança (YASBECK, 1996, p.63).

Sobre ensino médio, 59,3% dos entrevistados cursaram integralmente em escola pública, já o número de estudantes que cursaram o ensino médio em instituição privada vem se mantendo entre 25 e 30%, em 2.2014 foram 30% ingressantes de instituições privadas, em 1.2015, 25% e agora no primeiro semestre de 2018, 28,1% declaram ter cursado todo o ensino médio em instituição privada sem bolsa. Os dados referentes aos que estudaram em instituição privada com bolsa atingem 6,8% dos ingressantes e os que cursaram o ensino médio parte em instituição pública e outra parte em privada, compõem 2,4% do universo pesquisado. Outros 3,4% não responderam a questão. De acordo com dados da ANDIFES (2011):

Metade dos estudantes ou é oriunda exclusivamente da escola pública (44,8%) ou cursaram a maior parte do ensino médio na escola pública (5,6%). Os maiores percentuais são verificados nas regiões Norte (71,5 e 6,8%) e Sul (50,6 e 5,6%), enquanto a região Sudeste registra os menores percentuais (37,0 e 4,4%).

Em relação a modalidade escolhida no SISU para ingresso na UFF, o gráfico abaixo apresenta uma evolução iniciada no segundo semestre de 2013 até o primeiro semestre de 2018, percebe-se assim um crescimento pelo acesso através das ações afirmativas do SISU e um decréscimo na modalidade ampla concorrência, percebendo-se assim que, metade ou mais das matrículas estão localizadas nas ações afirmativas a partir de 2016, tal como objetivava a política de cotas (Lei nº 12.711/12). Cumpre ressaltar que na UFF, atualmente tem-se em vigência oito modalidades de ações afirmativas em que se mesclam as seguintes condições: ensino médio cursado em escola pública, raça/etnia, situação sócio econômica e pessoas com deficiência.

Gráfico 3 Modalidade de ingresso no ESR/UFF



Desta forma, diante de um novo perfil estudantil, constituído primordialmente por estudantes advindos de escolas públicas, provenientes de famílias qualificadas como baixa renda, em que as ações afirmativas são responsáveis por mais de 50% das matrículas, verifica-se a necessidade de ampliação e aprimoramento das políticas de assistência ao estudante. Contudo, há que se considerar, que a atual crise financeira do país vem trazendo rebatimentos importantes às políticas sociais e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) não fica a reboque destas consequências como pode ser observado nos dados que se seguem no quadro 1:

Quadro 1 Gastos destinados a PNAES na UFF

Ano	R\$ Total	Auxílio Financeiro à estudantes
2012	17.689.212,15	7.904.225,22
201	14.826.864,12	8.811.566,01

3		
201 4	23.366.387,23	11.443.061,46
201 5	11.767.471,25	9.177.793,24
201 6	17.334.823,90	10.120.801,17

Fonte: Simões (2018).

O quadro acima mostra as verbas destinadas ao PNAES para a UFF. Pode-se perceber que a partir dela uma queda acentuada nos gastos com assistência estudantil, sobretudo no ano de 2015. No ano de 2016, o orçamento foi um pouco maior, mas não na mesma proporção que o aumento do número de vagas oferecidas pela política de cotas, haja vista que neste ano elas chegaram ao limiar máximo de 50%. Percebe-se ainda, uma prevalência dos recursos destinados à auxílio financeiro aos estudantes, ou seja, as chamadas bolsas e auxílios estudantis, o que remete novamente a focalização das políticas de assistência estudantil em detrimento das políticas universais.

Assim, diante deste cenário dicotômico, de ampliação de vagas nas IFES por intermédio do REUNI e das ações afirmativas e de achatamento das verbas públicas destinadas à permanência deste mesmo aluno, a questão que se coloca é se estes alunos estão de fato sendo incluídos na universidade, ou se estão meramente tendo a possibilidade de acessá-la, mas sem alcançar êxito seja na permanência ou quiçá na conclusão dos seus cursos. "O que devemos lembrar é que os óbices à permanência são de diversas ordens e naturezas e que as instituições precisam se preparar para receber seus novos alunos, numa nova realidade" (VARGAS e HERINGER, 2016, p. 178).

Outro dado identificado na pesquisa se refere ao motivo para escolha da UFF Campos, 27,8% respondeu que devido oferecer o curso pretendido, outros 33,2% pela qualidade de ensino/universidade, 15,6% por ser pública, 5,4% pela localização próxima da moradia, 13,6% revelaram ser devido a nota de corte do ENEM/SISU, os demais não responderam. Tais respostas estão em consonância com o relatório da ANDIFES que cita:

Acima de questões como o mercado de trabalho, os estudantes são levados a concorrer a uma vaga nas federais principalmente pela gratuidade e qualidade do ensino, associadas às aptidões e realização pessoal, bem como a obtenção de um diploma de nível superior (ANDIFES, 2011).

Faz-se mister referendar que tais dados estão diretamente associados a metodologia de ingresso pelo SISU, ao passo que a partir da nota de corte pode-se fazer a escolha por outros cursos que não sejam de primeira identificação do candidato. Deste modo, mais um óbice a permanência pode estar sendo colocado, ao passo que a falta de identificação com o curso pode se transformar em mais um motivo para evasão e também para o adoecimento do aluno.

Ocorre assim, uma inclusão limitada pelo contexto social, cultural e econômico do indivíduo, ao passo que a escolha pelo curso é permeada por suas condições de existência e sobrevivência. A escolha por um curso com carga horária integral, por exemplo, torna-se inviável para o discente de baixo nível socioeconômico, tendo em vista que a família baixa renda, constitui-se uma unidade de rendimentos, e a opção pela matrícula pode significar menos uma força de trabalho na composição da renda familiar, qual seja, o ingresso do pobre no Ensino Superior significa menos rentabilidade para a família e estes enfrentam veementemente a possibilidade de abandono dos estudos (SIMOES, 2018, p.60).

Bourdieu (2015) enfatiza também a questão da desvalorização dos diplomas, que ocorre num contexto de ampla democratização ou massificação do acesso a um nível de ensino, de acordo com o autor, quanto maior for o número de diplomas auferidos, maiores são as chances de desemprego e de

venda da força de trabalho por valores irrisórios. Para ele trata-se de uma geração enganada em que:

A defasagem entre as aspirações que o sistema de ensino produz e as oportunidades que realmente oferece é, numa fase de inflação de diplomas, um fato estrutural que afeta, em diferentes graus segundo a raridade dos respectivos diplomas e segundo a sua origem social, o conjunto dos membros de uma geração escolar (BOURDIEU, 2015, p. 180).

Para o autor, o estudante proveniente das famílias mais desprovidas culturalmente têm grandes chances de obter um diploma desvalorizado, o que para ele se configura numa exclusão mais estigmatizante do que no passado, à medida que aparentemente tiveram sua chance e não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Sobre a situação de saúde 5,4% declararam possuir doença crônica ou algum tipo de deficiência. Entre as deficiência/doenças mais freqüentes destacam-se as visuais, auditivas e doenças respiratórias. Contudo, quanto ao uso de medicamentos controlados um percentual maior constituído por 8,1% dos estudantes admitiram fazer uso, revelando assim um sub reconhecimento das doenças crônicas, em que se incluem a saúde mental por exemplo.

O uso de psicotrópicos vem sendo apontado em todos os anos de realização da pesquisa, e de forma concomitante vem crescendo o número de atendimentos realizados pela CAES cuja demanda principal estaria direcionada a problemas psicoemocionais. Desta forma a partir do primeiro semestre de 2018, foram incluídas na pesquisa de perfil do ingressante perguntas relacionadas a saúde mental dos mesmos.

2.1. Perfil de Saúde Emocional dos ingressantes

Em seu cotidiano de atendimento, a CAES nos anos de 2015 e 2016, identificou o aumento significativo no número de estudantes a procura de atendimento para questões de ordem emocional. Ansiedades, depressão, desânimo em relação aos estudos e apatia, foram queixas freqüentes e, portanto, tornam-se fatores de risco para saúde do estudante e para continuidade de sua vida acadêmica. No ano de 2017, em particular, foi

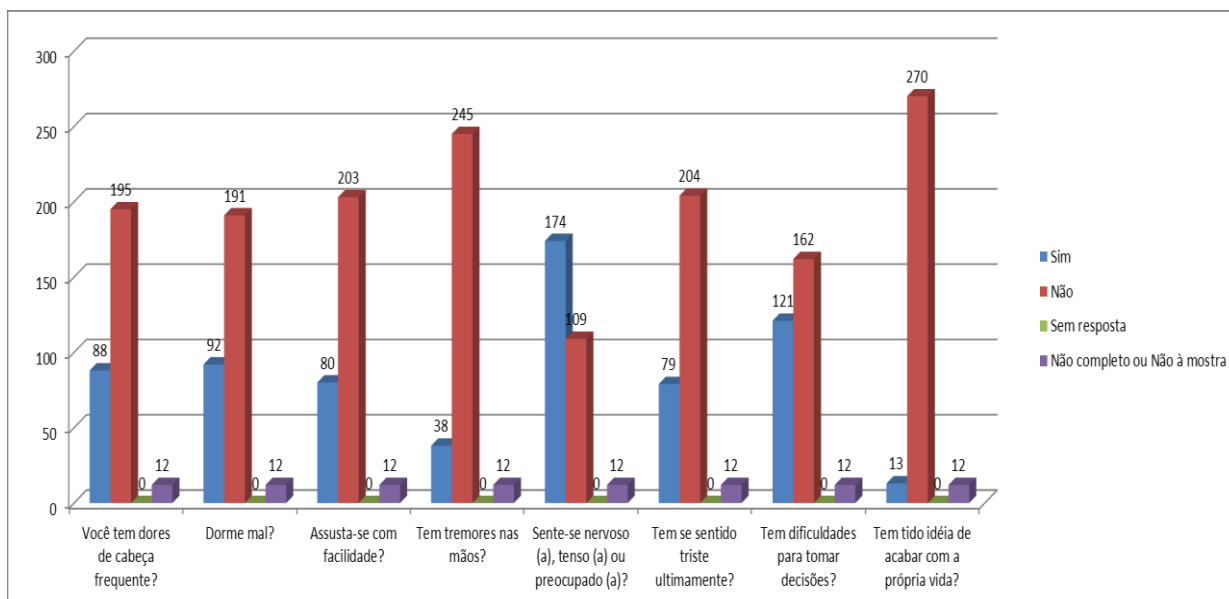
identificada a ocorrência de alguns alunos que tentaram suicídio. Duas tentativas chegaram a óbito, e outras quatro realizadas, sendo os alunos encontrados a tempo do socorro. Diante de tal realidade, avaliou-se a importância de se mapear o perfil de saúde emocional dos estudantes, com apoio de duas professoras do curso de psicologia, a fim de identificar alunos que apresentam Transtornos Mentais Comuns (TMC).

O SRQ-20 é um instrumento desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e utilizado para suspeição diagnóstica de transtornos mentais comuns. Esses transtornos caracterizam-se por sintomas não psicóticos, tais como: queixas somáticas inespecíficas, irritabilidade, insônia, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, esquecimento, falta de concentração (GOLDBERG; HUXLEY, 1992); assim como uma infinidade de manifestações que poderiam se caracterizar como sintomas depressivos ou ansiosos (FONSECA; GUIMARÃES; VASCONCELOS, 2008).

As 20 questões que compõem o questionário têm duas possibilidades de resposta (sim/não) e foram traçadas para abordar sintomas emocionais e físicos associados a quadros psiquiátricos. O ponto de corte definido para classificação de TMC foi de oito ou mais respostas positivas (MARI; WILLIAMS, 1986). Para finalidade deste trabalho não fizemos avaliação individual dos alunos, mas trabalhamos com dados absolutos de cada resposta, identificando quantitativo que expressam determinados sintomas, como sinalizador de possíveis ações de prevenção coletiva. A única exceção foram alunos que afirmaram ter pensado em tirar a própria vida nos últimos 30 dias, e devido a necessidade de ação mais emergencial, foram convidados para um encontro individual.

Das vinte perguntas, selecionamos oito que apresentaram maior relevância entre as respostas, ou seja, as que apresentaram significativamente respostas “sim” às perguntas, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4 Perfil de saúde emocional dos estudantes



Fonte: Perfil dos Estudantes Ingressantes 2018.1 – CAES UFF CAMPOS

Essa prevalência pode ser explicada quando se reconhece que os TMC estão diretamente relacionados a fatores socioeconômicos e inversamente relacionados à densidade da rede de apoio social; portanto, quanto mais baixo o nível socioeconômico de uma população, mais altas as taxas de prevalência de TMC; assim como, quanto mais densa a rede de apoio social, menor o risco de TMC (COUTINHO; ALMEIDA FILHO; MARI, 1999; LUDEMIR; MELO FILHO, 2002; COSTA; LUDEMIR, 2005; MARAGNO; GOLDBAUM; GIANINI; NOVAES; CÉSAR, 2006)

Dos dados, parece chamar a atenção que 174 alunos dizem-se tensos(as), nervosos (as) ou preocupados (as) nos últimos trinta dias. Além de possíveis questões particulares, a entrada na universidade, a efetivação ou não da matrícula e o universo acadêmico, são geradores de expectativa e ansiedade. Em contrapartida ao ingresso, conquista e motivo de alegria para os discentes, 79 alunos respondem que tem se sentido triste ultimamente, 92 alunos relatam que dormem mal e 88 alunos sentem dor de cabeça com freqüência, sinalizando indicadores que impactam a saúde do estudante.

Em relação a dificuldade de tomar decisões, identificamos um público maciçamente jovem, até 24 anos. A questão pode estar relativa a idade, e a dificuldade em assumir atitudes autônomas no período de muitas mudanças

que implicam ingresso na vida acadêmica, sobretudo a saída de casa e de distanciamento de vínculos familiares e comunitários.

Sobre os alunos que sinalizaram terem pensado em tirar a própria vida nos últimos 30 dias, tivemos a incidência de 13 alunos. Dado numericamente pequeno, mas alarmante, se somado aos diversos casos atendidos de alunos com sintomas de adoecimento emocional.

Dados do Perfil Epidemiológico das Tentativas e Óbitos por suicídio no Brasil e a Rede de atenção à saúde, publicado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde em 2017, apontam o suicídio como um fenômeno que ocorre em todas as regiões do mundo. Estima-se que, anualmente, mais de 800 mil pessoas morrem por suicídio e, a cada adulto que se suicida, pelo menos outros 20 atentam contra a própria vida. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio representa 1,4% de todas as mortes em todo o mundo, tornando-se, em 2012, a 15ª causa de mortalidade na população geral; entre os jovens de 15 a 29 anos, é a segunda principal causa de morte (TRIGUEIRO, 2016).

Todos esses dados apresentam desafios a nossa sociedade, sobretudo no que diz respeito a atenção aos jovens de forma ampla, por vezes negligenciados em termos de prioridade no planejamento das políticas públicas. Tal imperativo implica numa ação intersetorial e multidisciplinar, no que tange a prevenção, orientação e assistência para atendimento de suas múltiplas necessidades.

Mais do que isso, no que concerne aos alunos das IFES, a democratização do acesso, que viabiliza o ingresso do estudante muitas vezes o distanciando de seu núcleo familiar e de forma insuficiente e desarticulada com as políticas de assistência e permanência pode se constituir em motivo para intensificação do adoecimento emocional destes novos discentes.

3. CONCLUSÃO

Conclui-se assim, diante do perfil apresentado pela pesquisa, que a universidade é o espaço de encontro do diverso, isto de fato é importante, mas fazer com que este aluno realmente pertença a este ambiente é possibilitá-lo viver a universidade em sua integralidade e para tal faz-se necessário uma

política de assistência estudantil, que atenda este aluno em suas necessidades socioeconômicas, emocionais e acadêmicas.

Enfim, estamos diante de uma nova universidade, antes destinada majoritariamente à elite brasileira, agora permeada pelas minorias: mulheres, negros e pobres. Contudo, rompida a elitização, outras demandas estão se colocando e faz-se necessário o aprimoramento dos recursos físicos, financeiros e de suporte multiprofissional.

Diante do exposto, conclui-se que a democratização do acesso às IFES foi efetivada, contudo, a ausência e a ineficiência das políticas de apoio ao estudante massificam este mesmo acesso. Massificam quando submetem estes alunos a uma sobrevivência longe dos seus familiares e sem garantia aos direitos mínimos de alimentação e moradia, massificam ainda à medida em que excluem este aluno ao longo do curso, ou quando possibilitam um diploma, sem que o aluno tenha acessado livros, eventos ou cursos extracurriculares indispensáveis a sua formação, massificam quando diante deste processo de inclusão-exclusão, ocasionam sentimentos de não pertencimento, de impotência e de fracasso, intensificando o adoecimento emocional deste aluno que já adentrou a universidade trazendo em sua bagagem o não acesso aos direitos humanos essenciais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução Reynaldo Bairão. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Escritos de Educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Perfil Epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à Saúde. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, v. 48, n. 30, 2017.

CAPARRÓS, Martín. **A fome**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2016, p. 9-81.

- CATTANI, A D.; KIELING, F D. S. A escolarização das classes abastadas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 9, n.18, p. 170-187, jun./dez. 2007.
- COUTINHO, E.S.F.; ALMEIDA FILHO, N.; MARI, J. J. Fatores de risco para morbidade psiquiátrica menor. **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v.26, n.5, p. 246-256, 1999.
- FONSECA, M.L.G.; GUIMARÃES, M.B.L.; VASCONCELOS, E.M. Sofrimento difuso e transtornos mentais comuns: uma revisão bibliográfica. **Revista Atenção Primária à Saúde**, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 285-294, 2008.
- GOLDBERG, D.; HUXLEY, P. **Common mental disorders: a bio-social model**. London: Tavistock; 1992.
- HOFFMAN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- LUDEMIR, A.B.; MELO FILHO, D.A. Condições de vida e estrutura ocupacional associadas a transtornos mentais comuns. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 213-221, 2002.
- MARAGNO, L.; et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (QUALIS) no Município de São Paulo. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1639-1648, 2006.
- SIMÕES, C.F. **Da democratização do acesso ao desafio da permanência: a experiência dos cotistas sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense – ESR/UFF**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- SIMÕES, C. F.; XAVIER, A.M; BENEVIDES, R.M.A. **Acesso e permanência no Ensino Superior: limites e possibilidades**. In: XV ENPESS, 2016, Ribeirão Preto-SP. **Anais...Ribeirão Preto**, SP, 2016.
- TRIGUEIRO, A. **Viver é a melhor opção: a prevenção do suicídio no Brasil e no mundo**. 3. ed. São Bernardo do Campo, SP: Correio Fraternal, 2016.
- VARGAS, Maria Hustana; HERINGER, Rosana. Políticas de permanência e assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: uma análise a partir dos websites. In: CARMO, Gerson Tavares (Org.). **Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016. p.175-198.